



ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: O CASO DA EXPERIÊNCIA DE CONSULTORIA DE CAMPO NO ESTADO DE SERGIPE

Leyla Menezes de Santana¹

GT1 – Educação de Crianças, Jovens e Adultos

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar uma análise descritiva e crítica da experiência de consultoria de campo desenvolvida no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no ano de 2010, no Estado de Sergipe. Esta consultoria acompanhou a elaboração e implementação dos Planos Estratégicos da Educação de Jovens e Adultos e as ações contidas no Plano de Ações Articuladas no tocante a esta modalidade, bem como a execução da Agenda Territorial. De abordagem qualitativa, esta pesquisa é de caráter descritivo com enfoque no estudo de caso, pois parte do princípio de que investiga-se uma experiência específica, que possibilita conhecer as ações desenvolvidas pela consultoria em torno de um grupo de municípios, além de apontar possibilidades de articulações entre os instrumentos criados para sistematizar e implementar as ações de alfabetização.

Palavras-chave: Programa Brasil Alfabetizado. Consultoria de campo. Monitoramento. Alfabetização de jovens, adultos e idosos. Analfabetismo.

ABSTRACT

The present text aims to present a descriptive and critical analysis of the field consulting experience developed within the framework of the Brazil Alphabetized Program, in the year 2010, in the State of Sergipe. This consultancy accompanied the preparation and implementation of the Strategic Plans for Youth and Adult Education and the actions contained in the Joint Action Plan regarding this modality, as well as the implementation of the Territorial Agenda. From a qualitative perspective, this research is descriptive in nature, with a focus on the case study, since it is based on the principle that a specific experience is investigated, which makes it possible to know the actions developed by the consultancy around a group of municipalities, besides pointing out possibilities of articulations between the instruments created to systematize and implement literacy actions.

Keywords: Literate Brazil Program. Field consulting. Monitoring. Literacy of young people, adults and the elderly. Illiteracy.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - BR. Bolsista Fapitec-SE. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade (GPEHI). Contato: leyla.menezes@gmail.com.



A TRILHA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente texto é um recorte do trabalho de conclusão de curso, sob a modalidade de monografia, desenvolvido no âmbito da licenciatura em pedagogia. O objetivo principal é apresentar uma análise descritiva e crítica da experiência de consultoria de campo desenvolvida em 32 (trinta e dois) municípios sergipanos por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), no ano de 2010. Especificamente pretende-se descrever como a consultoria acompanhou a elaboração e implementação dos Planos Estratégicos da Educação de Jovens e Adultos (PEEJA) e as ações contidas no Plano de Ações Articuladas (PAR) no tocante a esta modalidade, bem como a execução da Agenda Territorial. Esta experiência configura-se como uma possibilidade de articulação e acompanhamento das ações deste programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Sabemos o quanto ser alfabetizado gera impactos na vida de uma pessoa. A alfabetização é condição ou requisito indispensável para a participação plena e cidadã numa sociedade democrática.

A alfabetização é o primeiro passo na conquista do direito a educar-se e a participar na construção democrática. Dar a um indivíduo ou a um grupo social acesso à leitura e à escrita é dotá-los de meios de expressão política e de instrumentos de base necessários para sua participação nas decisões que se referem a sua existência e a seu futuro. (RIVERO, 2009, p.15).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio do PBA, vem dando essa oportunidade a tantas pessoas que não tiveram a chance de participar desse processo de alfabetização, na idade adequada. Por isso, a garantia de acesso à educação básica a todos os que a ela não tiveram acesso é o principal objetivo do Ministério da Educação (MEC) através de um programa que visa garantir condições necessárias para que essas pessoas adquiram o conjunto de conhecimentos e competências esperado ao final do processo de alfabetização.

Importa ressaltar que resultados de políticas para a educação demandam certo período para terem seus impactos registrados nas pesquisas, porém importa dar continuidade a tal acompanhamento através da reflexão crítica sobre a prática de tais políticas, conforme nos ensinou Paulo Freire: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem, que se pode melhorar a próxima prática.” (1996, p.43).



Desde 2003 até os dias atuais - mesmo que redesenhado pelo atual governo federal -, o Programa Brasil Alfabetizado é ofertado para jovens, adultos e idosos que queiram ser alfabetizados. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

Com atendimento prioritário a 1.886 municípios que apresentavam no ano de 2010 taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%, o PBA recebeu o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) através do Projeto: 914 BRA1127 – Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos em Municípios Prioritários. Este apoio técnico da UNESCO ocorreu por meio da contratação de consultoria técnica especializada que possibilitou a soma de esforços em prol da melhoria dos indicadores educacionais nas redes estaduais e municipais de ensino desses municípios prioritários.

Dessa forma, a origem deste estudo perpassa o meu itinerário de vida. Como professora da educação básica, com trajetória na alfabetização de adultos da Pastoral da Criança², fui aprovada no processo seletivo³ conduzido pelo MEC para compor o quadro de consultores da UNESCO e no ano de 2010 - marco temporal deste estudo -, passei a acompanhar tecnicamente e reflexivamente a implementação do PBA em 32 (trinta e dois) municípios prioritários do Estado de Sergipe, a saber: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Itabaianinha, Macambira, São Miguel do Aleixo, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, São Domingos, Pedra Mole, Ribeirópolis, Pinhão, Riachão do Dantas, Lagarto, Simão Dias, Tobias Barreto, Poço Verde, Amparo do São Francisco, Telha, Brejo Grande, Canhoba, São Francisco, Pacatuba, Ilha das Flores, Muribeca, Malhada dos Bois, Japoatã, Santana do São Francisco e Neópolis.

² A Pastoral da Criança é um Organismo de Ação Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, sua missão é promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, do ventre materno aos 6 (seis) anos, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida. Atualmente a instituição acompanha, através de visitas domiciliares, 955.446 crianças menores de 6 (seis) anos, com uma média mensal de 795.784 famílias, nas 30.194 comunidades onde a instituição atua. Ao todo são 163.972 voluntários atuando nas ações da Pastoral da Criança no Brasil. FONTE: Pastoral da Criança – CNBB, Folhas de Acompanhamento, digitadas entre 17/02/2016 e 23/06/2017.

³ O processo seletivo ocorreu no final de 2009 - EDITAL Nº 1/2009: Contrata Consultor na modalidade Produto por meio PROJETO 914BRZ1127 - Apoio à alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos em municípios prioritários. Consultar em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital1_campo.pdf



No Estado de Sergipe o PBA foi renomeado de Sergipe Alfabetizado. Vale salientar que no período de desenvolvimento da consultoria esses municípios possuíam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%⁴.

Foi no desenrolar das atividades de acompanhamento e monitoramento que fomos estabelecendo ajudas mútuas. Imersos num ambiente cujo princípio básico era a politicidade e a dialogicidade, aprendemos a conhecer o nosso contexto social para atuar como fomentadores de transformação da realidade existente, principalmente no tocante aos altos índices de analfabetismo.

De abordagem qualitativa, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de registrar uma experiência de acompanhamento e monitoramento de um programa desenvolvido por entes executores da esfera municipal e estadual, podendo assim contribuir na disseminação de múltiplas possibilidades de efetivação dos programas gestados na esfera federal. Dessa forma, esta ação de consultoria é merecedora de análise.

Uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campos, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. (DENZIN e LINCOLN, 2005 apud FLICK, 2009, p. 16).

Por apresentar uma análise pormenorizada da consultoria de campo, o tipo de pesquisa aqui em tela é de caráter descritivo, pois preocupa-se com a atuação prática (GIL, 1991, p.44), bem como com a observação sistemática e com a caracterização do processo de organização do objeto aqui investigado.(SOBRAL; BRETAS, 2016, p.205).

Outra direção metodológica é o de que a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois “[...] permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos [...]” (YIN, 2010, p.21). A preferência pelo estudo de caso partiu do princípio de que investigamos uma experiência específica, que possibilita conhecer as ações desenvolvidas pela consultora em torno do grupo de municípios. Para André (2005, p. 60) “O estudo de caso deve ser um retrato vivo da situação investigada, tomada em suas múltiplas dimensões e complexidade próprias.”.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007.



O método de estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias. (YIN, 2010, p. 24).

Sendo assim o estudo de caso contribui para pesquisas relacionadas com o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Nesse caso específico, para analisar essa ação de monitoramento e acompanhamento de um programa gestado na esfera federal e executado pelos municípios por intermédio do estado fez-se a escolha do estudo de caso.

Por se tratar de uma quantidade bem considerada de municípios que foram acompanhamentos pela consultoria, vale destacar que foi preciso realizar uma definição de amostragem a partir dos elementos aproximativos, gerando equilíbrio entre tempo e recurso o que favorece o bom andamento da pesquisa. Dessa forma, o que apresentará a seguir é resultado de algumas escolhas, tendo em vista a quantidade de dados recolhidos no período que durou a consultoria.

Em relação à amostragem, esta foi não probabilística por se tratar de uma pesquisa qualitativa. A característica essencial da amostragem não probabilística é que a preocupação não está na representatividade e sim na relevância da amostra. Nesse caso, segundo Seltiz (1972, p.572), amostra é

[...] quando desejamos selecionar alguns elementos com a intenção de descobrir algo a respeito da população de que fazem parte [...]. Esperamos, naturalmente, que aquilo que verificamos a respeito da amostra seja verdadeiro a respeito da população como um todo.

O tipo de amostragem não probabilística será a intencional, cujo princípio básico é que “[...] com bom julgamento e uma estratégia adequada, possamos escolher os casos que devem ser incluídos na amostra, e assim, chegar a amostras que sejam satisfatórias para nossas necessidades.” (SELTIZ, 1972, p.584). A estratégia adequada, no caso desta pesquisa, perpassa a adoção do critério exclusivo de realização da ação dentro do campo empírico aqui investigado.

Por conta do repertório de fontes, esta investigação também se caracteriza por pesquisa documental, pois “[...] utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. [...] Tanto a pesquisa documental como a



pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação.” (SA-SILVA et al, 2009, p.5). É também pesquisa bibliográfica porque a seleção e contato direto com obras e artigos científicos voltados para a temática aqui investigada, assim como a revisão da literatura ajudou a limitar o escopo da investigação e legitimou o tema.

O desenho metodológico deste texto obedece às atividades contidas no cronograma da consultora de campo e vinculam-se com 1 (um) dos 5 (cinco) produtos que foram entregues à UNESCO e que são as análises dos dados coletados através da consultoria especializada em articulação com os eixos e atividades propostas no Termo de Referência (TOR)⁵ do contrato firmado entre ambas as partes (MEC/UNESCO e Consultora de Campo). Sendo assim este recorte é resultado dos dados apresentados no produto final 2 (dois), fruto de uma investigação consistente e criteriosa, multifacetada por inúmeras atividades e experiências no campo da educação, especificamente na área da educação de adultos imbricadas com as políticas públicas de alfabetização.

O problema aqui apresentado procura analisar as situações que são merecedoras de destaque dentro do escopo da consultoria de campo, levantando principalmente os meios de monitoramento e possível disseminação dessa prática no tocante aos programas de alfabetização de adultos, podendo quem sabe ser um estímulo na criação de “[...] sistemas de manejo de informação que sirvam de respaldo a políticas e programas de alfabetização.” (RIVERO, 2009, p.23). E para além desse universo a pretensão é também ajudar na desmistificação da ideia corrente e crescente de que ações dessa natureza não são possíveis devido ao orçamento insuficiente e precarizado, o que não deixa de ser de relevante, porém não é suficiente para explicar a não realização de monitoramento das ações.

CONSULTORIA DE CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO POR MEIO DO PEEJA, DA AGENDA TERRITORIAL E DO PAR

É consenso entre os pesquisadores da educação que um dos fatores que diminuem a possibilidade de êxito de qualquer programa ou iniciativa de alfabetização de adultos seja a ausência de monitoramento, supervisão e/ou acompanhamento das ações. São esporádicas as iniciativas onde se percebe a efetivação do monitoramento sem ser com o caráter de

⁵ Termo de Referência: Acordo Brasil/UNESCO - Projeto: 914 BRA1127 – Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos em Municípios Prioritários



fiscalizador, o que inibe a perspectiva dialógica, exigência fundante nos processos educativos que envolvem jovens, adultos e idosos.

Dessa forma, o que se pretende aqui é apresentar o cotidiano desta ação de consultoria, levando em consideração sua temporalidade e espacialidade. Vale ressaltar que as recomendações do Marco de Ação de Belém, documento aprovado na Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), ocorrida em Belém - Pará, em dezembro de 2009, no que se refere ao Eixo da Qualidade aponta para a urgência de

[...] oferecer maior apoio à pesquisa interdisciplinar sistemática na aprendizagem e educação de adultos, complementada por sistemas de gestão de conhecimento para coleta, análise e disseminação de dados e boas práticas. (CONFINTEA, 2010, p. 13).

A persistência do analfabetismo como um fato social é perceptível para quem perambula por locais fora do eixo das capitais brasileiras, ou pelas periferias das metrópoles e confirma-se nas estatísticas. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) apontam que o Brasil possui 8% da população de 15 anos ou mais analfabeta, o que corresponde a 12,9 milhões de pessoas. No caso da população da região nordeste, esta mesma pesquisa aponta para um número ainda maior, que corresponde ao dobro do índice nacional: 16,2% da população é analfabeta. Já o Anuário Socioeconômico de Sergipe/UFS (2017, p.39) – o Estado de Sergipe é o locus desta pesquisa e localiza-se na Região Nordeste do Brasil - apresenta que o percentual de pessoas acima de 14 anos analfabetas é de 17,1%.

Em razão dessa realidade, o Governo de Sergipe, por meio da Secretaria do Estado da Educação – SEED/SE implantou desde 2007 o Programa Sergipe Alfabetizado em consonância com o Programa Brasil Alfabetizado. O Programa tem como objetivo reduzir o índice de analfabetismo do Estado por meio das ações do PBA.

Tendo em vista que os 32 municípios acompanhados pela consultoria aderiram ao PBA via a SEED/SE, exceto o município de Lagarto, que possuía as duas adesões, foi preciso estabelecer as estratégias de viagem e de contato com os municípios obedecendo a essa estrutura da Sergipe Alfabetizado.

A estrutura do Sergipe Alfabetizado não limitou a atuação da consultoria no tocante à sensibilização da sociedade organizada no que diz respeito às Políticas da EJA. Por esse motivo, nos contatos com os municípios foi necessário também agregar parceiros em torno da



discussão de tais políticas, criando redes sociais de cooperação e acima de tudo redes que se integrassem com a Comissão Estadual da EJA.

O primeiro passo da consultoria foi o mapeamento dos municípios e logo após se estabeleceu contato com a Secretaria do Estado da Educação, com o objetivo de adquirir o contato do gestor estadual e dos gestores municipais do Programa Brasil Alfabetizado. Essa iniciativa favoreceu o entendimento da estrutura do Programa Sergipe Alfabetizado, além de ter coletado informações necessárias para compor o conjunto de dados que seriam usados mais pra frente pela consultoria.

O cronograma apresentado pela consultora ao MEC era flexível e sujeito a alterações, pois o mais importante era o acompanhamento das ações e os arranjos institucionais locais para promover espaços de realização das Políticas da EJA, principalmente no eixo aqui analisado: acompanhamento dos Planos Estratégicos da EJA (PPEJA), coleta dos dados locais e orientação sobre a Agenda Territorial e PEEJA, além de coleta de informações sobre as ações do Plano de Ações Articuladas para a EJA. Embebecida sempre pelas provocações de Paulo Freire (2017, p.119) que salienta que: “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política.”

Uma articulação considerada importante foi com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)⁶/ SE, onde conseguiu-se os contatos de todos os gestores municipais de educação e agendou-se reuniões para estabelecer os diálogos acerca da EJA em consonância com os Planos Estratégicos da Educação de Jovens e Adultos, da Agenda Territorial e da elaboração do Plano de Ações Articuladas nos 32 (trinta e dois) municípios prioritários.

Elaborado com o objetivo de sistematizar as informações inerentes à Educação de Jovens e Adultos, o PEEJA visava fortalecer e ampliar as políticas públicas de alfabetização, assim como a garantia de acesso, permanência e continuidade dos estudos para a população que participava dos programas de alfabetização e que tinha interesse em elevar sua escolarização. O detalhamento do PEEJA exigia de cada sujeito envolvido na sua elaboração e execução uma tomada de consciência da realidade educacional do município, por isso havia

⁶ A Undime é uma entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de educação. Fundada em outubro de 1986, é uma associação civil sem fins lucrativos e autônoma. Por meio da Undime, as secretarias municipais de educação podem estabelecer redes solidárias de troca de informações e experiências. (Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/undime/>)



a necessidade do envolvimento de vários agentes comprometidos com a educação e de forma especial com a Educação de Jovens e Adultos. Eram saberes e experiências que somados conseguiam traçar objetivos, quantificar metas e criar estratégias de ações capazes de dirimir os problemas que dificultam a efetivação da EJA em cada município.

Para consolidar as estratégias e ações do Programa Brasil Alfabetizado com a Educação de Jovens e Adultos, no ano de 2007, através Resolução nº 65, foram criadas as Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos que eram instrumentos que serviam de articulação territorial das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e metas que subsidiavam a implementação e gestão destas ações.

As Agendas Estaduais estruturam-se em duas dimensões complementares: dimensão técnica, operacionalizada por intermédio das ações das Comissões Estaduais de Informações sobre Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; dimensão de planejamento e controle social, operacionalizada por intermédio da criação de Comissões Estaduais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2007, p.1).

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos propunha uma articulação territorial das ações para EJA, “[...] de modo a racionalizar o uso dos recursos e elevar a eficiência, eficácia e qualidade das atividades” (BRASIL, 2007). Em linhas gerais a Agenda Territorial é uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação, um instrumento para fortalecer as articulações de alfabetização e de educação de jovens e adultos nos territórios, assim como um mecanismo de apoio para estruturação e institucionalização das ações.

Outra ferramenta de planejamento da política educacional brasileira é o PAR⁷. Quando os estados e municípios aderiram ao Compromisso Todos Pela Educação que tratava de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilhava competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, esses ficavam com a responsabilidade de elaborarem seus respectivos Planos de Ações Articuladas.

⁷ O Plano de Ações Articuladas continua em vigor, atualmente os entes federados pactuaram metas para o Triênio 2017-2019 juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Maiores informações: <http://www.fnde.gov.br/programas/par>



Para analisar a qualidade do ensino municipal, o MEC disponibilizava um roteiro de auto avaliação, onde o município avaliava com base nas informações as condições do sistema educacional, destacando as ações de maior prioridade. O PAR é um importante mecanismo de redistribuição de verba, assim como de requisição de cursos de atualização e formação continuada para educadores.

Em se tratando da EJA, contava-se muito com os arranjos entre as três ferramentas citadas acima: PEEJA, Agenda Territorial e PAR. Uma tríplice aliança que reunia: estratégias e ações para o fortalecimento da EJA, discussão permanente e diversa dos agentes envolvidos com a modalidade e ações articuladas que garantiam uma gestão educacional de qualidade, com formação continuada para professores, além de uma infraestrutura capaz de garantir recursos pedagógicos que gerassem práticas inovadoras.

No tocante aos dados apresentados pela consultoria, vale considerar os levantamentos apontados acerca do PEEJA. Várias foram às situações encontradas nos municípios prioritários quanto aos planos. Desde municípios que haviam elaborado até municípios que desconheciam a existência e funcionalidade do plano. Outra situação bastante peculiar entre os municípios era de ordem conceitual, confundindo PEEJA com Plano Plurianual do Programa Brasil Alfabetizado (PPAlfa).

Diversas foram às justificativas para tal desconhecimento, porém as mais apresentadas foram: inexistência de coordenação municipal da EJA ou mudança da pessoa responsável por tal coordenação, o que dificultava a continuidade dos arranjos da Educação de Jovens e Adultos. Dos 32 municípios acompanhados pela consultoria: 17 municípios elaboraram o PEEJA e possuíam cópia; 2 municípios elaboraram o PEEJA e não possuíam cópia; 13 municípios nunca elaboraram.

Os municípios que afirmavam ter elaborado, mas não possuíam cópias, foram inseridos no grupo dos que nunca haviam elaborado. Dessa forma, o suporte técnico foi reforçado, realizando oficina para reforçar a compreensão dos passos que deveriam ser obedecidos para a elaboração do referido plano.

Todos os planos analisados apresentavam problemas no tocante ao detalhamento do planejamento estratégico de educação de jovens e adultos, pois os temas “inserção no mundo do trabalho” e “metodologia adequada ao público da EJA” não foram contemplados. Para tais planos foram sugeridas as devidas alterações no tocante as metas e a inserção dos temas citados acima.



A fonte dos dados, principalmente no tocante ao diagnóstico da realidade educacional, também foi um problema detectado em todos os planos, os dados foram coletados através dos quadros de matrículas das escolas da rede municipal, porém os quadros não foram citados como fonte para a pesquisa.

Outro problema foi que das 17 secretarias municipais que haviam elaborado o PEEJA, 8 haviam mudado a coordenação municipal para a EJA, dificultando a avaliação e ajuste dos planos. Essas mudanças ocorreram em virtude da descontinuidade política, que reflete nas ações da educação.

No tocante à Agenda Territorial, a Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos recebeu a consultora e elencou como propósito: elaborar o planejamento estratégico territorial e articulação entre as ações de alfabetização e as de Educação de Jovens e Adultos, tendo como subsídios as informações e dados consolidados pelo Comitê Estadual de informações sobre Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, envolvendo assim diversos setores governamentais e da sociedade civil organizada.

A Comissão estabeleceu um calendário de reuniões mensais, com espaços para reuniões extraordinários quando necessário. A participação dos membros nas reuniões nem sempre era satisfatória, o que gerava desconforto por parte da coordenação da comissão que muitas vezes ficava impossibilitada de executar as ações por falta de membros comprometidos.

Na ocasião da consultoria a comissão estava em fase de contratação da empresa que iria coletar os dados para a elaboração do diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Estado de Sergipe. O projeto básico de contratação da empresa especializada para fazer o diagnóstico foi elaborado pela comissão e em seguida foi submetido à avaliação e apreciação geral de todos os membros.

Composta por gestores, educadores, fórum de EJA, fórum de Educação do Campo, Universidade Federal de Sergipe, Movimentos Sociais e Sindicais, entre outros, a Comissão Estadual de EJA de Sergipe carecia de envolvimento por parte de todos os membros. Não bastava constar o nome da instituição na comissão, era necessário envolver-se, criar mecanismos de apoio aos municípios, principalmente no que se referia à estruturação e à institucionalização das ações da EJA, garantindo a continuidade das aprendizagens dos jovens e adultos, não se contentando apenas com o processo inicial de alfabetização.

O último eixo foi o PAR. No Estado de Sergipe, a Secretaria Estadual de Educação firmou parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), através do convênio com o



FNDE, para a elaboração do plano dos 75 municípios do Estado. Essa parceria gerou compromisso na comunidade acadêmica no que se refere à melhoria da qualidade da educação.

A Coordenação Geral do PAR em Sergipe na época estava a cargo de dois professores da UFS. A equipe de ação era formada por 28 pessoas, entre economistas e pedagogos, além de duas pessoas do quadro funcional da Secretaria de Educação do Estado. Para entender a situação atual das ações da EJA no PAR, dois momentos foram importantes: a visita aos municípios e o contato com a professora da UFS, uma das Coordenadoras do plano.

Em visita aos 32 municípios acompanhados por esta consultoria, diagnosticamos que todos os municípios receberam suporte técnico da UFS para o monitoramento e avaliação do PAR. No período da consultoria, os técnicos estavam na terceira visita aos municípios e todos encontravam-se no mesmo processo: fase de monitoramento das ações do plano, informando quais ações tinham sido executadas, quais não foram e por que não foram.

Um diagnóstico negativo para a EJA, levantado pela consultoria, foi que somente no município de Poço Verde as ações para educação de adultos estavam presentes no PAR, através das capacitações para professores da modalidade. Quando questionados pela consultoria do motivo pelo qual a EJA não estava no PAR, os membros das Secretarias de Educação responsáveis pelo plano disseram que não foram instruídos pelos técnicos da Universidade Federal de Sergipe para inseri-la e se comprometeram que, em caso de reabertura do sistema de informação do plano, inseririam capacitações e formações continuadas para professores da modalidade.

De acordo com a análise da consultora, o contato com a Coordenação Estadual do PAR foi importante para ajustes nas informações colhidas nos municípios. A princípio foi informada a coordenação à angústia dos municípios sobre a falta de entendimento da inserção da EJA no PAR e chegaram à conclusão que além dos municípios não serem preparados tecnicamente para ajustar o plano, a própria equipe da UFS carecia de mais experiência educacional no tocante as ações desenvolvidas nos municípios. A coordenação afirmou que os técnicos não podiam fazer ingerência no PAR dos municípios, pois o mesmo era um demanda municipal e que os municípios receberam os instrumentos para a coleta de dados.

A partir das informações colhidas tanto nos municípios, quando na conversa com a Coordenação Estadual do PAR, chegou-se à conclusão que a situação atual das ações da EJA dentro do plano é um reflexo do conceito de Educação de Jovens e Adultos que cada município acompanhado tinha. Era urgente encarar a EJA como modalidade de ensino. Se



quisessem aumentar a oferta desta modalidade, precisariam de espaço físico adequado, profissional capacitado e com perfil e acima de tudo, precisariam de parceiros que promovessem a articulação entre as demandas sociais e as ofertas de políticas públicas para a EJA.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO DA CONSULTORIA DE CAMPO

O que temos a considerar ao final deste trabalho é resultado do que propomos no início do texto, ou seja, analisar descritivamente uma experiência de consultoria de campo desenvolvida em 32 (trinta e dois) municípios do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), no ano de 2010. Sabe-se que o papel do consultor é mediar e transferir informações, neste caso em análise a função era colaborar com a implementação e integração do Programa Brasil Alfabetizado e da Educação de Jovens e Adultos mediante diálogo entre PPEJA, Agenda territorial e PAR.

Durante a análise percebeu-se que os objetivos da consultoria e as ações foram bem elaborados. O planejamento teve por finalidade nortear a execução das ações, estabelecer as metas, promovendo novas experiências, e, acima de tudo evitando qualquer tipo de improvisação, mesmo ciente que as mesmas poderiam surgir. Podemos assim afirmar que dentro dessa experiência de consultoria, o planejamento merece destaque, pois além de apresentar um plano de ação possível de ser executado, havia espaço para reavaliação da prática a partir das peculiaridades de cada município.

A falta de acesso aos PEEJAs do ano anterior ao da consultoria se configurou como a principal dificuldade na missão relativa aos planos. A consultora considerava que se previamente houvesse acesso ao PEEJA do município visitado a avaliação do mesmo junto à equipe que o elaborou seria mais sistematizada. Porém essa dificuldade não paralisou a ação, pois antes de chegar ao município a consultora procurou saber com os mesmos se eles haviam ou não elaborado o plano anterior e a partir do *status* do plano, a ação era planejada ou replanejada.

Vale considerar que o texto base que tratava especificamente da Agenda Territorial estabelecia que uma das atribuições da Comissão Estadual era apoiar o Estado na elaboração de demandas, por intermédio do Plano de Ações Articuladas, no que diz respeito à EJA. Porém, verificou-se que esta atribuição ainda era minimamente discutida e que o tema PAR



carecia de maiores esclarecimentos entre os membros da comissão. Este problema sinalizava para a ausência de diálogo entre os responsáveis por essa agenda efetiva da EJA.

Ao final destaca-se que para melhorar a execução do Programa Brasil Alfabetizado necessita-se em primeiro lugar convencer os parceiros da importância do programa. Convencê-los de que é necessário aumentar a mobilização dos recursos internos e não somente ficar esperando da União. O PBA precisa ser um programa de alfabetização com maior escala, alcance, cobertura e qualidade, acima de tudo uma qualidade na formação dos agentes do programa como coordenadores e alfabetizadores e para isso precisa articular-se com os demais instrumentos que favorecem a qualidade das políticas de alfabetização de adultos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros. (2005).

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores/2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 03 jul.2017.

BRASIL, Ministério da Educação – SECADI – PBA. Brasília: 2007. **Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/agenda_estaduais.pdf Acesso em 30 jan. 2018

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1991.

RIVERO, José. A Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos na América Latina, Direito Humano Fundamental e Fator Essencial de Equidade Social. In: _____; FÁVERO, Osmar. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina**. São Paulo: Moderna. Fundação Santillana, 2009. p.9 – 54.

SA-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Jose Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ano I, N. I, , p.1-15, julho de 2009.

SELTIZ, Jahoda, et al. Uma Introdução à amostragem. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Ed. Herder, 1972, p.571-611.



SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida Bretas. Projeto de Pesquisa. In: _____(org.). **Pesquisa em educação: interfaces, experiências e orientações**. Maceió: EDUFAL, 2016. p.193-237.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Departamento de Economia. Grupo de Pesquisa em Análise de Dados Econômicos. **Anuário Socioeconômico de Sergipe**. São Cristóvão, 2017. 723 p.

UNESCO. **Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos/ CONFINTEA VI**: marco de ação de Belém. Brasília: UNESCO, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. (2001).